

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas

De acordo com a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) aprovados pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CFC) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Prudential do Brasil), relativas ao ano de 2017, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial.

A Prudential do Brasil apresentou um crescimento de 28% em termos do total de prêmios de seguros de vida individual⁽¹⁾, no ano de 2017, com base nas práticas contábeis brasileiras BRGAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*), atingindo o montante de R\$ 1.717 milhões, comparado ao mesmo período do ano de 2016, sendo sua totalidade oriunda da comercialização de seguro de vida individual.

Com base em BRGAAP, a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. apresentou, no ano de 2017, um lucro líquido de R\$ 59.003 mil, comparado ao lucro líquido de R\$ 98.435 mil registrado no ano de 2016. O resultado foi impactado pela mudança de metodologia contábil do registro de algumas provisões e pela aquisição de um novo negócio, que envolveu a conclusão da compra da carteira do seguro de vida em grupo do Itaú Unibanco Holding S.A., anunciada em 03 de abril de 2017. A transação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A base de clientes do seguro de vida individual da Prudential do Brasil continua aumentando, chegando a mais de 381 mil apólices em vigor em 31 de dezembro de 2017. Como consequência, também registrou um aumento expressivo de 32% no capital segurado⁽²⁾ em vigor, chegando a mais de R\$ 273 bilhões, comparado ao ano de 2016.

As reservas técnicas atingiram aproximadamente R\$ 3,1 bilhões no ano de 2017. As aplicações financeiras da Prudential do Brasil, em 2017, foram da ordem de R\$ 3,3 bilhões, investidas exclusivamente no Brasil. O perfil dessas aplicações busca minimizar os riscos da seguradora e de seus segurados.

A companhia possui capacidade financeira e tem a intenção de manter até o vencimento todos os títulos e valores mobiliários que estão classificados na categoria “Títulos Mantidos até o vencimento”, honrando todos os compromissos, sem necessidade de alienar os referidos títulos, de acordo com os preceitos da Circular Susep nº 517/15.

MISSÃO E PARCERIA – O SUCESSO DE UM MODELO

A Prudential do Brasil é uma companhia especializada em seguros de vida. No segmento de vida individual oferece seguros personalizados, com soluções adequadas às necessidades de proteção de cada família, por meio principalmente de corretores franqueados - designados Life Planner, provendo seus segurados com um alto padrão de qualidade e serviços de excelência.

O modelo de comercialização do seguro de vida individual da Prudential do Brasil inclui, ainda, um processo prévio e cuidadoso de análise de subscrição, pelo qual é possível verificar a que fatores de risco o cliente está efetivamente exposto, além de obter informações sobre seu perfil financeiro, promovendo a tranquilidade do segurado ou dos beneficiários quanto ao pagamento do benefício e, ainda, a segurança financeira da companhia.

Em 2017, os pagamentos de benefício relativos aos contratos de seguro de vida individual ocorreram em um prazo médio de apenas cinco dias úteis. Essa média varia considerando o evento envolvido e o prazo é contado após todos os documentos serem recebidos pela seguradora.

Para obter mais informações sobre a Prudential do Brasil ou para solicitar a visita de um corretor franqueado Life Planner, acesse o site www.prudentialdobrasil.com.br.

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. é uma subsidiária da Prudential Financial, Inc. Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

PARCERIAS COMERCIAIS

O canal de Parcerias Comerciais da Prudential do Brasil iniciou suas atividades em 2013. O modelo firmado com as corretoras de seguros das empresas parceiras mantém conceitos essenciais da Prudential na comercialização do seguro de vida individual, como a venda baseada nas necessidades, com uma solução de proteção que combina coberturas para se ajustar à realidade de cada segurado, e o processo de subscrição de riscos. Esse canal conta com cinco grupos empresariais parceiros: Genial Seguros, Ourinvest, Guide Life, XP Corretora de Seguros e o Canal Private do grupo Itaú.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa companhia. A ética norteia as relações da Prudential do Brasil tanto interna quanto externamente. Para isso, são disponibilizados aos funcionários e corretores franqueados, canais e ferramentas de comunicação, a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agirem de forma ética, honesta e imparcial.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTOS DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Os acionistas da Prudential do Brasil, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% à Reserva de Lucros – Expansão, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade.

PRESENÇA NO PAÍS

Sediada no Rio de Janeiro, a Prudential do Brasil está presente em nove cidades brasileiras e no Distrito Federal por meio de suas 31 agências e dois escritórios (base de 31 de dezembro de 2017), os quais operam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, São Bernardo do Campo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Uberlândia, Nova Lima, Porto Alegre, Curitiba.

RECURSOS HUMANOS

Reconhecimentos

O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional, levaram a companhia a receber reconhecimentos. Em 2017, a seguradora participou pela oitava vez consecutiva da pesquisa promovida pela consultoria Great Place to Work® - Edição especial da revista

Época, na qual foi classificada entre as 30 melhores Companhias para se Trabalhar no estado do Rio de Janeiro.

COMPROMISSO SOCIAL

A Prudential do Brasil possui um programa de Sustentabilidade, cujo braço de ação social apoia diversos projetos de inclusão social através da música, incentivo ao voluntariado e doações a instituições que atendem pessoas com risco de exclusão social. Um dos principais é o International Volunteer Day (IVD) - um dia dedicado ao voluntariado oferecido por funcionários, corretores franqueados, prestadores de serviços, parceiros de negócios, clientes, familiares e amigos da Prudential do Brasil.

Em outubro de 2017, por meio do IVD, a Prudential do Brasil reuniu mais de três mil voluntários para ajudar 35 instituições que trabalham com crianças, adolescentes e idosos, levando melhores condições de vida para as 16 mil pessoas atendidas pelas instituições e beneficiadas pela ação.

Idealizado com o objetivo de estimular o voluntariado entre os jovens estudantes, o Prêmio Prudential Espírito Comunitário foi criado em 1995 nos Estados Unidos pela Prudential Financial, Inc., e desde então já premiou 120 mil jovens americanos por suas ações filantrópicas.

Em 2017, a terceira edição do Prêmio Prudential Espírito Comunitário no Brasil recebeu 728 inscrições. Os três primeiros colocados indicaram três instituições para receberem doações de R\$ 10 mil (primeiro lugar), R\$ 5 mil (segundo lugar) e R\$ 3,5 mil (terceiro lugar). Os dois primeiros colocados também irão representar o Brasil na cerimônia internacional a ser realizada em Washington, nos EUA, em 2018.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a implantar o prêmio, que acontece também em outros oito países em que a Prudential Financial atua, incluindo China, Japão, Taiwan, Coreia, Irlanda, Índia e Polônia, além da versão norte-americana.

Além disso, o programa de doações da Prudential do Brasil beneficiou crianças de diversas instituições, entre elas a Make a Wish, que realiza os sonhos de crianças portadoras de doenças graves, e o Grupo de Apoio à Criança com Câncer de São Paulo (GRAACC). A ação do Dotal Criança, que promove a doação de um percentual das vendas do seguro que leva o mesmo nome, beneficiou a Creche Mundo Infantil na comunidade Dona Marta, no Rio de Janeiro.

Todo ano, em cada operação no mundo, um corretor de seguros que comercializa os produtos da Prudential é reconhecido com o Prêmio Kiyo Sakaguchi Golden Heart Memorial Award (Prêmio Kiyo Sakaguchi Coração de Ouro, em tradução livre), destinado a empreendedores de sucesso que ao mesmo tempo são exemplos de ética, humanidade e dedicação às pessoas. Com isso, o vencedor ganha o direito de indicar uma instituição para receber uma doação da Prudential. Em 2017, o Prêmio Kyio Sagakushi realizou a doação em dinheiro para a Casa de Recuperação Água da Vida (CRAVI).

Anualmente, por meio do programa Challenge Grants, a Prudential premia em dinheiro as instituições participantes do IVD ao doar um valor simbólico para apoio ao trabalho dos voluntários. Desde a sua origem, em 1996, o Challenge Grant já concedeu mais de US\$ 3 milhões para organizações que trabalham em prol de melhorias sociais em todas as operações da companhia no mundo.

PATROCÍNIOS

Em 2017, dando sequência a sua estratégia de exposição de marca, a Prudential do Brasil investiu em cultura ao patrocinar o projeto Jazz All Nights e, pelo segundo ano, realizou o Prudential Concerts. No âmbito social, o projeto contemplado pela segunda vez com a ação de patrocínio foi o Projeto Som+Eu.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1,4 trilhão de ativos sob sua gestão em 31 de dezembro de 2017, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina.

Considerando nossa expertise em seguros de vida e gestão de ativos, estamos focados em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seus bens. Nos EUA, nosso símbolo Rock® - o rochedo - é um ícone de força, estabilidade, experiência e inovação que perdura ao longo do tempo.

Realizamos nossos principais negócios através de cinco unidades: a Unidade de Soluções Individuais nos EUA, a Unidade de Soluções Corporativas nos EUA, a Unidade de Gestão de Investimentos, a Unidade Internacional de Seguros e a Unidade de *Closed Block*. Também realizamos outras atividades em Operações Corporativas e outras.

Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil agradece aos seus segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida e por confiarem nos seus produtos de proteção diferenciada. A Superintendência de Seguros Privados - Susep -, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - CNSeg - e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – FenaPrevi -, por todo o apoio recebido.

Também agradece aos funcionários da seguradora e aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da companhia. E, em particular, aos franqueados e demais parceiros comerciais, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstradas aos clientes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

⁽¹⁾Prêmios de Seguros (BRGAAP) = Prêmio Emitido de Seguro de Vida Individual - Cancelamento - Restituição - Desconto - Cosseguro Cedido + Cosseguro Aceito.

⁽²⁾Capital Segurado considera Apólices Ativas de Seguro de Vida Individual, incluindo as coberturas para Morte Acidental e para Doenças Graves.

Life Planner ® é a marca registrada da The Prudential Insurance Company of America para designar os Franqueados Corretores de Seguro de Vida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais)								
Ativo	Nota	2017	2016		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante		1.656.586	1.033.275		Circulante		428.256	318.982
Disponível					Contas a pagar.....		266.470	180.405
Caixa e bancos	5	5.621	6.888		Obrigações a pagar	15	54.990	68.693
Aplicações financeiras	6	1.126.617	664.543		Impostos e encargos sociais a recolher		7.201	7.715
Títulos de renda fixa		43.656	19.096		Encargos trabalhistas		8.289	7.413
Quotas de fundos de investimento exclusivo.....		1.082.961	645.447		Impostos e contribuições	16	195.990	96.584
Créditos das operações com seguros e resseguros		186.592	101.028		Débitos das operações com seguros e resseguros		21.762	9.458
Prêmios a receber.....	7	168.606	96.722		Operações com resseguradoras		19.762	7.490
Operações com resseguradoras		17.986	4.306		Outros débitos operacionais		2.000	1.968
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8	15.694	15.951		Depósitos de terceiros	17	6.950	5.897
Títulos e créditos a receber		61.357	45.265		Provisões técnicas - seguros	20	133.074	123.222
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	60.189	44.211		Danos		5.485	7.012
Outros créditos	11(a)	1.168	1.054		Pessoas		36.893	35.910
Empréstimos e depósitos compulsórios		4.167	3.937		Vida individual.....		70.478	63.703
Despesas antecipadas		1.074	2.405		Vida com cobertura por sobrevivência.....		20.218	16.597
Custos de aquisição diferidos					Não circulante.....		3.523.883	2.616.162
Seguros e resseguros.....	9	255.464	193.258		Contas a pagar			
Não circulante		3.207.650	2.454.092		Obrigações a pagar	15	426	403
Realizável a longo prazo		2.942.395	2.404.318		Provisões técnicas - seguros	20	3.016.966	2.393.069
Aplicações financeiras	6	2.183.516	1.882.721		Pessoas.....		65.262	51.004
Títulos de renda fixa		96.665	129.493		Vida individual.....		2.578.849	1.995.298
Quotas de fundos de investimento exclusivo.....		2.086.851	1.754.907		Vida com cobertura por sobrevivência.....		372.855	346.767
Redução ao valor recuperável		–	(1.679)		Outros débitos			
Títulos e créditos a receber		531.479	344.853		Provisões judiciais	18	506.491	222.690
Assistência financeira a participantes.....	11(b)	89.334	86.814		Patrimônio líquido	22	912.097	552.223
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	183.702	88.617		Capital social	22(a)	612.150	259.150
Depósitos judiciais e fiscais	12	213.462	160.204		Aumento de capital em aprovação.....		–	35.068
Outros créditos operacionais	11(b)	44.981	9.218		Reserva de capital	22(b)	562	562
Custos de aquisição diferidos					Reservas de lucros	22(e)	331.093	293.257
Seguros e resseguros.....	9	227.400	176.744		Ajustes com títulos e valores mobiliários	22(c)	(31.708)	(35.814)
Investimentos		208.992	–		Total do passivo e patrimônio líquido		4.864.236	3.487.367
Participações societárias	13	208.992	–					
Outros investimentos		1.599	1.599					
Redução ao valor recuperável		(1.599)	(1.599)					
Imobilizado	14	56.263	49.774					
Bens imóveis		9.743	7.494					
Bens móveis		29.042	26.864					
Outras imobilizações		17.478	15.416					
Total do ativo.....		4.864.236	3.487.367					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	Nota	2017	2016		2017	2016
Prêmios emitidos líquidos		1.716.691	1.340.132	Atividades operacionais		
Variações das provisões técnicas de prêmios		(832.180)	(775.704)	Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras...	1.756.900	1.405.574
Prêmios ganhos	23	884.511	564.428	Outros recebimentos operacionais (Salvados, ressarcimentos e outros)	40.148	11.868
Sinistros ocorridos	24(a)	(105.695)	(90.789)	Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(739.510)	(581.584)
Custos de aquisição	24(b)	(328.848)	(229.458)	Repasses de prêmios por cessão de riscos	(14.912)	(16.613)
Outras receitas e despesas operacionais	24(c)	7.884	1.745	Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(15.712)	(12.279)
Resultado com resseguro	24(d)	(20.293)	(15.697)	Pagamentos de despesas e obrigações	(248.280)	(226.476)
Receita com resseguro		21.708	18.866	Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(728)	(527)
Despesa com resseguro		(42.001)	(34.563)	Outros pagamentos operacionais	(2.267)	(3.235)
Despesas administrativas	24(e)	(588.357)	(340.401)	Constituição de depósitos judiciais	(50.229)	(31.779)
Despesas com tributos	24(f)	(61.270)	(48.461)	Resgates de depósitos judiciais	1.957	244
Resultado financeiro	24(g)	360.619	378.766	Pagamentos de participações nos resultados	(16.317)	(14.392)
Resultado patrimonial	13	10.303	–	Caixa gerado pelas operações	711.050	530.801
Resultado operacional		158.854	220.133	Impostos e contribuições pagos	(223.448)	(164.332)
Ganhos com ativos não correntes	24(h)	440	456	Investimentos financeiros		
Resultado antes dos impostos e participações		159.294	220.589	Aplicações	(1.519.013)	(847.052)
Imposto de renda	19	(32.830)	(51.931)	Vendas e resgates	1.017.069	502.244
Contribuição social	19	(39.510)	(50.148)	Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(14.342)	21.661
Participações sobre o resultado		(27.951)	(20.075)	Atividades de investimento		
Lucro líquido do exercício		59.003	98.435	Aquisição de controlada	(203.704)	–
Média Ponderada do número de ações em circulação		860	767	Aumento de capital em controlada	(50.000)	–
Lucro por ação atribuído aos acionistas - básico e diluído - R\$	22(d)	68.608,14	128.337,68	Pagamento pela compra de ativo imobilizado	(21.385)	(19.111)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				Recebimento pela venda de ativo imobilizado	764	301
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(274.325)	(18.810)
				Atividades de financiamento		
Lucro líquido do exercício				Aumento de capital	353.000	–
Outros componentes do resultado abrangente				Distribuição de dividendos intermediários	(65.600)	–
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	287.400	–
Ajustes de títulos e valores mobiliários				Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.267)	2.851
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes (45%)				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.888	4.037
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.621	6.888
Total do resultado abrangente do exercício				Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.267)	2.851
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				Ativos livres no início do exercício	52.421	39.074
				Ativos livres no final do exercício	173.258	52.421
				Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	120.836	13.347
				Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
				Atividades operacionais		
				Lucro líquido do exercício	59.003	98.435
				Ajustes por:		
				Depreciações e amortizações	14.095	11.719
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	(99.367)	(22.863)
				Receita com aplicações financeiras	(255.355)	(284.342)
				Prejuízo com venda de títulos	1.736	1.736
				Resultado com equivalência patrimonial	(10.303)	–
				Resultado na venda de ativos permanentes	28	490
				Outros - resultado não operacional	10	15
				Variações de ativos e passivos	(290.153)	(194.810)
				Créditos das operações com seguros e resseguros	(85.564)	(26.417)
				Ativos de resseguro	257	(3.315)
				Títulos e créditos a receber	(51.538)	(48.840)
				Empréstimos e depósitos compulsórios	(230)	(812)
				Despesas antecipadas	1.331	1.019
				Custos de aquisição diferidos	(112.862)	(100.503)
				Contas a pagar	318.902	198.643
				Débitos de operações com seguros e resseguros	12.304	(5.821)
				Depósito de terceiros	1.053	665
				Provisões técnicas - seguros	633.749	623.368
				Outros passivos contingentes	283.801	87.624
				Caixa gerado pelas operações	711.050	530.801
				Impostos e contribuições pagos	(223.448)	(164.332)
				Investimentos financeiros		
				Aplicações	(1.519.013)	(847.052)
				Vendas e resgates	1.017.069	502.244
				Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(14.342)	21.661
				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)										
	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reservas de lucro	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total		
		259.150	–	Doações e subvenções	Reserva legal	Reserva estatutária	(39.293)	–	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		259.150	–	599	(37)	12.663	211.781	–	–	444.863
Dividendos revertidos por decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2016		–	–	–	–	–	–	–	–	28.824
Ajustes com títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	–	–	3.479	–	3.479
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	98.435	98.435
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	4.922	–	–	(4.922)	–
Constituição de reserva estatutária		–	–	–	–	–	35.067	–	(35.067)	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	–	(23.378)	(23.378)
Aumento de capital proposto		–	35.068	–	–	–	–	–	(35.068)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016		259.150	35.068	599	(37)	17.585	275.672	–	–	552.223
Dividendos revertidos por decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2017		–	–	–	–	–	–	–	–	23.378
Aumento de capital proposto revertido		–	(35.068)	–	–	–	35.068	–	–	–
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2017		–	353.000	–	–	–	–	–	–	353.000
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP, Portaria SUSEP nº 359 de 22 de maio de 2017		353.000	(353.000)	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos intermediários conforme Assembleia Geral Extraordinária de 26 de outubro de 2017	22 (f)	–	–	–	–	–	(65.600)	–	–	(65.600)
Ajustes com títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	–	–	4.106	–	4.106
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	59.003	59.003
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	2.950	–	–	(2.950)	–
Constituição de reserva estatutária		–	–	–	–	–	42.040	–	(42.040)	–
Dividendos propostos	22 (f)	–	–	–	–	–	–	–	(14.013)	(14.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		612.150	–	599	(37)	20.535	310.558	–	–	912.097
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.										

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
1. Informações gerais		de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.	
A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., denominada “Seguradora”, “Companhia” ou “Prudential do Brasil”, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de pessoas e de danos, em quaisquer das suas modalidades, tais como definidas na legislação em vigor, operando nos principais centros econômicos do País. A Seguradora atua, preponderantemente, nas operações do ramo Vida Individual. Com o advento da Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016, os ramos de Seguros de Pessoas Individual em que a Seguradora opera foram classificados como: vida, acidentes pessoais, doenças graves, eventos aleatórios, funeral, dotal misto e dotal puro.		A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.	
A composição acionária da Prudential é de 99,76% da Pruserviços Participações Ltda. e de 0,24% pertencentes a 3 (três) acionistas minoritários, todos membros do Conselho de Administração.		A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.	
Sediada no Rio de Janeiro, a Prudential do Brasil está presente em 8 cidades brasileiras e no Distrito Federal, por meio de suas 33 agências e 2 escritórios (base 31 de dezembro de 2017), os quais operam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre e Curitiba.		2.2. Novas normas, alterações e interpretações:	
A Prudential assinou em 19 de Setembro de 2016 o contrato de compra das ações relacionadas a operação de Vida em Grupo do Itaú. A operação de Vida em Grupo foi cindida da Itaú Seguros cujo acervo líquido foi contribuído para a IU Seguros. O preço de compra estabelecido no contrato (R\$ 203.704) foi transferido pela Prudential para o Itaú em 1º de Abril de 2017.		A seguir apresentamos as novas normas e interpretações já emitidas, aplicáveis as operações da Seguradora, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada.	
A IU Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela SUSEP a operar seguros de danos materiais e pessoais em todo o território nacional. Foi constituída para receber os ativos líquidos dos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais, viagem e educacional corporativos, com processo de subscrição, aceitação de risco e precificação individualizada por apólice, cindidos da Itaú Seguros.		• IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018 e/ou 1º de janeiro de 2021. A Seguradora fez a opção pela isenção temporária, que permite a implementação do IFRS 9 / CPC 48 para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, uma vez que atende aos requisitos a seguir:	
Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018, aprovaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia, a ser realizada no dia 29 de março de 2018.		(i) Não tiver aplicado anteriormente nenhuma versão do IFRS 9 / CPC 48, além dos requisitos para apresentação de ganhos e perdas em passivos financeiros designados como valor justo por meio do resultado; e	
Os membros do Comitê de Auditoria revisaram as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, tendo emitido opinião sem ressalvas.		(ii) As atividades da entidade estiverem predominantemente relacionadas com o seguro.	
2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis		• IFRS 15 / CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes – Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018	
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.		• IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamento Mercantil – Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019	
2.1. Base de preparação		• IFRS 17 – Contrato de Seguros – Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021; e	
As demonstrações financeiras individuais da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência		• IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro – Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.	
		Todavia a Seguradora encontra-se analisando a aplicabilidade de todas as normas, acima citadas, em seu contexto operacional, tendo em vista que a SUSEP ainda não as referendou.	
		2.3. Caixa e equivalentes de caixa	
		Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, inclusive em dólar, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses.	
		2.4. Ativos financeiros	
		(a) Classificação	
		A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis,	
		disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.	
		• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	
		Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.	
		• Títulos disponíveis para venda	
		Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.	
		• Mantidos até o vencimento	
		Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.	
		(b) Reconhecimento e mensuração	
		As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao “valor justo através do resultado” são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem.	
		Quando os títulos classificados como “disponíveis para venda” são vendidos ou sofrem perda (<i>impairment</i>), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Resultado financeiro”.	
		Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, que são contabilizados pelo método do custo amortizado, quando são vendidos ou sofrem perda (<i>impairment</i>) tem suas perdas ou ganhos realizados contabilizados diretamente no resultado.	



(c) *Impairment* de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda

A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e se aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante 6 meses consecutivos;
- Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
- Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos 1 ano;
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado, se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a mesma tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer.

A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima (vide Nota 6 (g)).

2.5. Custos de aquisição diferidos

A apropriação da comissão para o ramo de vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do Segurado (36 meses).

2.6. Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Para ativos de resseguros, a Prudential opera com resseguradoras locais, consequentemente, não há evidências objetivas de *impairment*.

Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência dos contratos não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Os saldos em moeda estrangeira, oriundos de operações com seguros realizadas com o IRB - Brasil Resseguros S.A., foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data do balanço.

A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com projeções da administração.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.8. Contratos de seguro

Conforme disposto no CPC 11, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSOA nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

2.8.1. Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

Segundo o CPC 11, a Seguradora contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como a avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo o seu GAAP anterior, ou BRGAAP. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas segundo o CPC 11, na data de adoção do mesmo.

Nos principais produtos da Seguradora, é utilizada a Tábua Biométrica CSO-80, com taxa de juros de 3% ao ano e taxas de carregamento de até 40%, respeitados os limites previstos em lei para os produtos de sobrevivência.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores) descritas a seguir:

Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência

(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

O cálculo da PPNG deve ser efetuado “*pro rata die*”, tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco.

(ii) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(iii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(iv) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo por metodologia de triângulo trimestral de *run-off*, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(v) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do benefício.

(vi) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora receptora.

(vii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)

Corresponde ao valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador tenha ocorrido. É calculada conforme Nota Técnica Atuarial protocolada na SUSEP.

(viii) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial.

(ix) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF é financeiramente constituída conforme condições gerais das apólices, abrangendo os valores destinados à distribuição de dividendos, quando houver, assim como a sua atualização monetária, quando ainda não pagos.

(x) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo.

Seguros de Danos

(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisa-

dos até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso.

(ii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo.

Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - *Liability Adequacy Test*)

O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação do passivo da Seguradora. São consideradas estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro com certas provisões técnicas líquidas do ativo referente aos custos capitalizados exclusivamente relacionados com tais contratos. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Esse teste é efetuado semestralmente e, em caso de deficiência, o valor é reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). No fluxo de caixa, a Seguradora considera, dentre outras, as despesas administrativas alocáveis e incrementalmente, despesas de gestão de sinistros (alocáveis ou não alocáveis diretamente), bônus e despesas de comercialização incidentes sobre os prêmios futuros dos contratos em vigor até a data de término da vigência; e utiliza tábuas e taxas de desconto baseadas no mercado. Também estão previstas, no fluxo de caixa, as renovações dos contratos em vigor.

As premissas utilizadas são:

- A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS mais atuais. Para as demais premissas foram utilizadas taxas obtidas de acordo com a experiência da própria Seguradora. Foi utilizada pela Seguradora a estrutura a termo de taxa de juros (ETJT) livre de risco definida pela SUSEP, referente ao IGP-M, e pela ANBIMA referente ao IPCA.

- O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, correspondendo a 36 grupos. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base.

- O teste é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro.

- O fluxo considera as seguintes linhas: sinistros e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros de contratos vigentes; despesas administrativas; despesas de gestão de sinistros (alocáveis e não-alocáveis); despesas de comercialização.

- Para seguros de curto e longo prazos os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos.

Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja superior aos passivos definidos em norma específica, é necessário reconhecer a perda imediatamente e ajustar provisões já existentes na data do teste.

Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez, doenças graves, internação hospitalar, antecipação em caso de doença e perda de autonomia pessoal. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

O resultado do teste de adequação de passivo realizado para a data de 31 de dezembro de 2017 demonstrou que não há necessidade de ajustar provisões.

2.9. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela administração.

2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas, individualmente ou em conjunto, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como resultado de participações societárias. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Seguradora.

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado e reconhecido como o excedente da contrapartida transferida sobre o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados ao valor justo. Seu valor é revisado anualmente para que não seja superior ao seu valor recuperável.

2.11. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, descritas na Nota 14(a).

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelos CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.13. Passivos financeiros

Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no Patrimônio Líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 5%. As alíquotas adicionais tem sua vigência no período de setembro de 2015 à dezembro de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

2.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17. Políticas contábeis de reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices. Desde 2001, a apropriação da comissão para o ramo vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do segurado (36 meses).
- As receitas e despesas de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas, referentes às operações de retrocessão, que são apropriadas mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A..
- A participação dos funcionários, de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.
- O imposto sobre operações financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas, assim como indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da administração e dos atuários, para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se trata de valores provisionados, estes representam estimativas.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas às provisões técnicas, principalmente aos sinistros judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras individuais, em conformidade com os CPCs/IFRSs. Consequentemente, o processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos Consultores Legais externos a partir de uma análise individualizada e efetua a provisão para os processos classificados como prováveis. Para os processos cíveis e trabalhistas classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão.

Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

4. Estrutura de gerenciamento de risco

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financeira e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Companhia.

Mecanismo de extrema relevância para a definição da estratégia da Companhia, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.. Há na Companhia uma Estrutura de Gestão de Riscos responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, assim como um Comitê de Gerenciamento de Riscos (CGR) que tem como principal finalidade o alinhamento da estratégia da Companhia ao seu apetite por risco por meio de avaliações e *follow-ups* periódicos. Este comitê é composto pelo Presidente, Vice-Presidente de Operações, Vice-Presidente Financeiro, *Chief Risk Officer* (CRO), Auditoria Interna, *Compliance*, entre outros.

Uma equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos atua no monitoramento contínuo dos riscos e auxilia os gestores da Companhia na identificação e avaliação de riscos.

4.1. Descrição dos riscos nas operações

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado e capital.

4.1.1. Gestão de risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios pagos aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Clientes e aos Franqueados, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential Internacional e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos segurados potenciais visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelos franqueados *Life Planner*.

As apólices de seguros de vida da Prudential do Brasil são emitidas com base em evidências médicas e outros dados de segurabilidade, tais como renda, esportes e *hobbies*, profissão, uso de álcool/fumo, visando determinar se um responsável pelo pagamento (potencial segurado) apresenta ou não um risco aceitável.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar e perda de autonomia pessoal. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores acompanhem a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential. No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de responsabilidade com limites de retenção conservadores se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade.

Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transfêrencia do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção e do percentual de quota parte ressegurada, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) casamento de ativos e passivos.

(e) Seguros de vida
O seguro de vida é de natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada unidade de negócios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo.
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados em vigor para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos.
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores como níveis de persistência e despesas de administração.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

- O seguro de acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes e saúde. Além dos riscos específicos listados acima, todas essas linhas de negócio expõem a Seguradora a riscos de vencimento, resgate e despesas. Determinados contratos de seguro de vida contêm garantias para as quais foram registradas obrigações referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas. Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:
- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro.
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Seguradora opera. A administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir os riscos da longevidade quando possível e desejável.
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência própria. A administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever.
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

As provisões técnicas de benefícios a conceder e concedidos correspondentes aos ramos do seguro de vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras conforme premissas previstas nas apólices/contratos de seguros, e são calculadas com base em métodos atuariais definidos em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente aprovadas / protocoladas na SUSEP.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados pela Seguradora foram efetuados considerando as mesmas bases do Teste de Adequação de Passivos e consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: índice de conversibilidade, taxas de juros, mortalidade e morbidade (frequência e severidade), com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade. Os estudos citados acima poderiam demonstrar maior relevância de impacto para as variáveis: taxas de juros, mortalidade e morbidade. O índice de conversibilidade da Seguradora demonstra histórico baixo de ocorrência, o que culmina em uma tendência de baixa constante, pelo fato da maioria dos beneficiários optarem pelo pagamento de benefício de forma única.

Dessa forma, foram utilizadas pela administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de morbidade.

A tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e no patrimônio líquido dos testes realizados:

Resultado dos Testes de Sensibilidade:	Efeito no resultado		Efeito no patrimônio líquido	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Teste de Sensibilidade				
Redução de juros em 1,5% ao ano	(845.379)	(840.313)	(464.958)	(462.172)
Aumento de juros em 1,5% ao ano	459.540	458.484	252.747	252.166
Redução da Mortalidade e Morbidade em 10%	254.595	221.476	140.027	121.812
Aumento da Mortalidade e Morbidade em 10%	(250.898)	(217.977)	(137.994)	(119.888)

(g) Limitações da análise de sensibilidade

Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da administração de possíveis mudanças no

mercado em um futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

(h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por seguros de pessoas individuais. A análise da concentração se baseia na cobertura segurada. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora (vida e invalidez) e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

Ramo	Percentual do capital segurado	
	2017	2016
Vida	26,73	28,48
Dotal misto	0,46	0,54
Dotal puro	0,11	0,13
Invalidez por acidente	27,19	29,02
Invalidez por acidente (parcial)	18,84	17,36
Morte acidental	11,78	12,05
Doenças graves	12,13	12,06
Diária por internação hospitalar	0,02	0,02
Assistência funeral	0,23	0,19
Perda de autonomia pessoal	2,51	0,15
	100,00	100,00

Ramo	Percentual do capital ressegurado	
	2017	2016
Vida	19,07	22,56
Dotal misto	0,16	0,20
Invalidez por acidente	18,21	21,97
Invalidez por acidente (parcial)	2,27	0,34
Morte acidental	2,10	1,42
Doenças graves	45,42	52,54
Diária por internação hospitalar	0,05	0,07
Perda de Autonomia Pessoal	12,72	0,90
	100,00	100,00

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição), visando mitigar os riscos de concentração. Esta análise é realizada de forma mais criteriosa considerando o valor do capital segurado por vida. Outra forma de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro.

(i) Concentração de riscos por área geográfica

A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo, onde a concentração é apresentada por ramo. Os demais estados do país, bem como o Distrito Federal, são considerados na categoria Outros.

Ramo	2017					
	MG	SP	RJ	PR	RS	Outros
Vida Individual	23,12	37,39	9,78	8,80	7,25	13,66
Dotal Misto	14,76	64,92	6,17	8,70	3,25	2,20
Dotal Puro	26,95	42,99	8,48	10,13	7,25	4,20
Vida Individual	23,12	37,39	9,78	8,80	7,25	13,66
Invalidez por						
Acidente - Parcial	21,70	36,16	8,90	9,75	7,29	16,20
Morte Acidental	22,89	34,61	8,28	11,63	8,45	14,14
Doenças Graves	27,81	32,59	8,46	8,61	6,87	15,66
Diária Hospitalar	18,99	37,27	9,22	7,98	8,60	17,94
Auxílio Funeral	16,98	39,19	7,07	14,18	6,60	15,98
Perda de Autonomia						
Pessoal	13,31	42,23	8,49	8,07	8,14	19,76

(ii) Concentração de riscos por moeda

A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

4.1.2 Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

(a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

(b) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.

(c) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

	2017						
	Fluxo de caixa contratual e descontado						
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Saldo contábil
Composição da carteira							
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados							
Públicos							
Indexados a inflação	—	1.151	14.721	—	863.559	879.431	879.431
Atreldados a Selic	151.340	—	—	9.627	—	160.967	160.967
Mantidos até o vencimento							
Ativos pós-fixados							
Públicos							
Indexados a inflação	—	14.898	27.665	—	2.086.851	2.129.414	2.129.414
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Privados	—	—	43.656	—	96.665	140.321	140.321
Empréstimos e recebíveis, prefixados							
Caixa e equivalentes de caixa	5.621	—	—	—	—	5.621	5.621
Operações de crédito	4.167	—	—	—	89.334	93.501	93.501
Prêmios a receber de segurados	—	168.606	—	—	—	168.606	168.606
Ativos de resseguro	—	—	15.694	—	—	15.694	15.694
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	161.128	184.655	101.736	9.627	3.136.409	3.593.555	3.593.555

Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, que são registrados no circulante e não circulante. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos de seguro para análise de liquidez.

	Passivos de contratos de seguros em 2017		
	0- 1 ano	>5 anos	Valor contábil
Passivos de seguro	133.074	3.016.966	3.150.040
Total das obrigações contratuais	133.074	3.016.966	3.150.040
	Passivos de contratos de seguros em 2016		
	0- 1 ano	>5 anos	Valor contábil
Passivos de seguro	123.222	2.393.069	2.516.291
Total das obrigações contratuais	123.222	2.393.069	2.516.291

4.1.2.3 Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação etc), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre os ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Classes	Premissas	2017		
		Saldo contábil	Variação - Resultado/patrimônio líquido	Saldo projetado
Indexados à inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	3.149.166	(62.884)	3.086.282
Indexados à inflação	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	3.149.166	62.884	3.212.050
Atreldados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	160.967	1.610	162.577
Atreldados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	160.967	(1.610)	159.357

Classes	Premissas	2016		
		Saldo contábil	Variação - Resultado /patrimônio líquido	Saldo projetado
Indexados à inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	2.387.394	(34.598)	2.352.796
Indexados à inflação	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	2.387.394	34.598	2.421.992
Atreldados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	159.870	1.599	161.469
Atreldados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	159.870	(1.599)	158.271
(a) Taxa de juros				
O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.				
(b) Taxa de inflação				
Devido à possibilidade de variações entre o IGP-M e o IPCA, a área de investimentos passou a buscar alternativas para minimizar o efeito da inflação, uma vez que a maior parte do passivo ainda está atrelada ao IGP-M. Desta forma, ao longo dos últimos anos foram adquiridos papéis atrelados ao IGP-M, tais como, os do título público NTN-C (indexadas ao IGP-M) e títulos emitidos por bancos (Letras Financeiras e CDB), também indexados ao IGP-M. Ainda assim, a administração da Seguradora entende que esse risco é baixo, uma vez que a estimativa de mercado para os dois índices é de que fiquem próximos. Contudo, a administração continua monitorando e buscando alternativas para minimizar os descolamentos que possam ocorrer.				
(c) Gerenciamento de risco de mercado				
O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.				
(d) Controle do risco de mercado				
O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. O controle do risco de mercado é acompanhado mensalmente pelas áreas				

A administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2017		
	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating Saldo contábil
Ao valor justo através do resultado			
Ativos pós-fixados			
Públicos	1.040.398	—	— 1.040.398
Mantidos até o vencimento			
Ativos pós-fixados			
Públicos	2.129.414	—	— 2.129.414
Disponíveis para venda			
Ativos pós-fixados			
Privados	43.656	96.665	— 140.321
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	5.621 5.621
Operações de crédito	—	—	93.501 93.501
Prêmios a receber de segurados	—	—	168.606 168.606
Ativos de resseguro	—	—	15.694 15.694
Exposição máxima ao risco de crédito	3.213.468	96.665	283.422 3.593.555

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2016		
	AAA (Fitch - Escala Nacional)	AA	Sem rating Saldo contábil
Ao valor justo através do resultado			
Ativos pós-fixados			
Públicos	645.447	—	— 645.447
Mantidos até o vencimento			
Ativos pós-fixados			
Públicos	1.754.907	—	— 1.754.907
Disponíveis para venda			
Ativos pós-fixados			
Privados	41.146	105.764	— 146.910
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	6.888 6.888
Operações de crédito	—	—	90.751 90.751
Prêmios a receber de segurados	—	—	96.722 96.722
Ativos de resseguro	—	—	15.951 15.951
Exposição máxima ao risco de crédito	2.441.500	105.764	210.312 2.757.576

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento.

A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) onde é confirmado o perfil de risco dos segurados.

(a) Exposições ao crédito de seguro

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras locais. A contraparte de resseguro é efetuada com a Munich Re, o IRB Brasil Resseguros e a Swiss Re Brasil Resseguros. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o total de ativos de resseguro era de R\$ 15.694 e R\$ 15.951, respectivamente.

Esta exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico das indenizações, para verificar que os contratos estão progredindo conforme previsto e que nenhuma exposição adicional irá surgir.

4.1.2.2 Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo o relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar tal risco.

Adicionalmente, é mantida uma “carteira de liquidez”, constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Esses investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa em curto prazo.

(a) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos da Seguradora também garante a capacidade de cobrir altas exigências de liquidez, no caso de um desastre natural, por exemplo.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A Seguradora utilizou a análise do fluxo de caixa demonstrado a seguir com base no valor contábil dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

2016							
Fluxo de caixa contratual e descontado							
Sem venci- mento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Saldo contábil	
.....	—	4.496	5.475	—	475.605	485.576	485.576
.....156.553	—	—	—	3.317	159.870	159.870	
.....	—	12.489	25.155	—	1.717.264	1.754.908	1.754.908
.....	—	19.096	—	—	127.814	146.910	146.910
.....	6.888	—	—	—	6.888	6.888	
.....	3.937	—	—	86.814	90.751	90.751	
.....	—	96.722	—	—	96.722	96.722	
.....	—	—	15.951	—	15.951	15.951	
.....	167.378	132.803	46.581	—	2.410.814	2.757.576	2.757.576

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa.....	73	55
Valores em trânsito.....	628	4.177
Contas bancárias.....	4.920	2.656
	5.621	6.888

6. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todos os ativos financeiros da Seguradora são mantidos em reais e a mesma não possui ativos classificados no Nível

(a) Composição das aplicações

		Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% Aplicado	Taxa de juros contratada
Vencimento		2017	2016				
Disponíveis para venda.....		140.321	136.284	140.321	4.037	4	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB.....	2018	43.656	43.547	43.656	109	1	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB.....	2021	53.777	52.446	53.777	1.331	2	6,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira.....	2025	42.888	40.291	42.888	2.597	1	6,4%
Valor justo por meio do resultado.....		1.040.398	1.013.994	1.040.398	26.404	29	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life ...		664.933	650.182	664.933	14.751	19	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		375.465	363.812	375.465	11.653	10	
Mantidos até o vencimento.....		2.129.414	2.129.414	2.369.829	240.415	67	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life ...		965.056	965.056	1.100.557	135.501	31	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		1.164.358	1.164.358	1.269.272	104.914	36	
Total das aplicações financeiras.....		3.310.133	3.279.692	3.550.548	270.856	100	

		Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% Aplicado	Taxa de juros contratada
Vencimento		2017	2016				
Disponíveis para venda.....		146.910	148.444	146.910	(1.534)	6	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB.....	2018	41.146	41.320	41.146	(174)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB.....	2021	48.393	49.899	48.393	(1.506)	2	6,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures.....	2017	19.096	19.103	19.096	(7)	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira.....	2025	38.275	38.122	38.275	153	1	6,4%
Valor justo por meio do resultado.....		645.447	645.017	645.447	430	24	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life ...		307.140	305.327	307.140	1.813	11	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		338.307	339.690	338.307	(1.383)	13	
Mantidos até o vencimento.....		1.754.907	1.754.907	1.910.075	155.168	70	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life ..		804.348	804.348	902.446	98.098	33	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		950.559	950.559	1.007.629	57.070	37	
Total das aplicações financeiras.....		2.547.264	2.548.368	2.702.432	154.064	100	

(b) Títulos disponíveis para venda

Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, a Seguradora classifica parte de suas aplicações como “títulos disponíveis para venda”, conforme demonstrado na tabela acima.

O valor de mercado dos títulos privados foi definido pelas instituições financeiras responsáveis pela administração dos respectivos ativos da carteira de investimentos da seguradora para a referida data, baseada na metodologia de marcação a mercado determinada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(c) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento

As quotas de fundos de investimentos são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras, como informado por seus administradores (Banco Santander S.A. e Banco Bradesco S.A.) e correspondem a aplicações em fundos exclusivos. Os fundos em sua composição, possuem títulos classificados como “títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “títulos mantidos até o vencimento”.

O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela ANBIMA na referida data.

(d) Composição da carteira dos fundos

Na data de publicação, o patrimônio líquido dos fundos de investimento de renda fixa podem assim ser resumidos:

	2017	2016
Operações compromissadas (LFT-O).....	151.406	156.553
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	61.115	23.417
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	1.417.539	931.525
Outros.....	(60)	–
Valores a pagar.....	(11)	(7)
	1.629.989	1.111.488

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life (Títulos públicos federais) eram os seguintes:

Títulos	Classificação	Vencimentos	2017	2016
Operações compromissadas (LFT-O)	Valor justo por meio do resultado	2018	151.406	151.406
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2021	36.856	38.228
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	22.887	23.976
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2019	30.581	31.931
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2021	30.167	32.212
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2022	267.691	279.424
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2026	133.552	131.802
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	72.845	80.245
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	221.837	227.445
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	310.629	359.037
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	336.859	409.854
			1.615.310	1.765.560

Títulos	Classificação	Vencimentos	2016	2017
Operações compromissadas (LFT-O)	Valor justo por meio do resultado	2017	156.553	156.553
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	23.417	23.143
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2019	29.760	29.878
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2021	29.263	29.864
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2022	89.758	90.852
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	70.887	75.616
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	80.065	83.081
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	302.229	336.003
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	327.750	384.603
			1.109.682	1.209.593

Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold

	2017	2016
Títulos e valores mobiliários (LFT)	9.627	3.317
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	560.564	532.962
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	969.626	752.579
Outros	106	–
Valores a pagar	(100)	8
	1.539.823	1.288.866

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold (Títulos públicos federais) eram os seguintes:

Títulos	Classificação	Vencimentos	2017	2016
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio do resultado	2018	9.627	9.627
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2021	139.734	145.266
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2031	33.430	33.339
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	381.959	407.578
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2022	92.221	98.043
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2023	30.404	32.180
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2026	58.390	57.005
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	52.657	56.758
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	133.286	131.852
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	550.443	617.564
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	46.012	55.518
			1.528.163	1.644.730

3 conforme item (f) abaixo.

A Seguradora, como parte de sua estratégia de concentrar as aplicações em títulos de longa duração através dos fundos de investimento exclusivos, mantêm seus títulos públicos nos fundos Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life e Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold. Parte destes títulos são classificados como mantidos até o vencimento, sendo, desde a data de aquisição, contabilizado pelo método do custo amortizado, conforme demonstrado no item (d).

		Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% Aplicado	Taxa de juros contratada
Vencimento		2017	2016				
Disponíveis para venda.....		140.321	136.284	140.321	4.037	4	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB.....	2018	43.656	43.547	43.656	109	1	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB.....	2021	53.777	52.446	53.777	1.331	2	6,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira.....	2025	42.888	40.291	42.888	2.597	1	6,4%
Valor justo por meio do resultado.....		1.040.398	1.013.994	1.040.398	26.404	29	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life ...		664.933	650.182	664.933	14.751	19	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		375.465	363.812	375.465	11.653	10	
Mantidos até o vencimento.....		2.129.414	2.129.414	2.369.829	240.415	67	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life ...		965.056	965.056	1.100.557	135.501	31	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold		1.164.358	1.164.358	1.269.272	104.914	36	
Total das aplicações financeiras.....		3.310.133	3.279.692	3.550.548	270.856	100	

Títulos	Classificação	Vencimentos	2016	2017
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio do resultado	2020	885	885
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Valor justo por meio do resultado	2022	2.440	2.440
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2017	117.171	116.471
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2021	65.703	65.578
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Valor justo por meio do resultado	2031	34.287	32.180
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	318.733	324.103
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2022	89.626	90.852
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Valor justo por meio do resultado	2023	29.570	29.901
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	51.278	53.484
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	535.787	577.944
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	44.761	52.098
			1.290.241	1.345.936

Conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, os títulos classificados na categoria “valor justo por meio do resultado” são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos títulos.

(e) Movimentação das aplicações financeiras

A Seguradora realizou movimentações das aplicações financeiras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.913.684
Aplicações	847.052
Resgates	(502.244)
Rendimentos	284.342
Ajuste valor de mercado de títulos disponíveis	4.430
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.547.264
Aplicações	1.519.012
Resgates	(1.017.069)
Rendimentos	255.355
Ajuste valor de mercado de títulos disponíveis	5.571
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.310.133

(f) Estimativa do valor justo

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), com exceção dos títulos classificados como “mantidos até o vencimento” que são registrados contabilmente pelo método do custo amortizado. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia, mensuração a valor de mercado, que são: Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos e Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado. Nível 3 - obtido por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Classificam-se como Nível 1:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA;
- Títulos de renda variável e ações de companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos. Classificam-se como Nível 2:
- Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito;
- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado;
- Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

	Nível	2017	2016
Ao valor justo por meio de resultado		1.040.463	645.454
Fundos exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1	9.627	3.325
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série C	1	216.833	214.229
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	1	662.597	271.347
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.....	1	151.406	156.553
Total fundos exclusivos (I).....		1.040.463	645.454
Títulos Disponíveis para Venda		140.321	146.910
Carteira Própria			
Títulos Privados de Renda Fixa.....	2	140.321	146.910
Total de carteira própria (II)		140.321	146.910
Total dos ativos financeiros (I-II)		1.180.784	792.364

Até a presente publicação, a Seguradora tem como política operar somente em instrumentos financeiros classificados no Nível 1 ou 2.

(g) Impairment dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados com base no descrito na Nota 2.4(c) e na data do balanço a Seguradora não identificou ativos financeiros enquadrados na política de *impairment*.

7. Prêmios a receber

O montante de prêmios a receber em 31 de dezembro de 2017, registrado na rubrica “Prêmios a receber” é de R\$ 169.386 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 97.296), líquido de IOF, registrado no ativo circulante. Para fazer face à inadimplência esperada dos prêmios retroativos foi constituída uma provisão no montante de R\$ 780 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 574), estimada com base no histórico de recebimento observado em situações de prêmios pendentes superior a 60 dias.

(a) Faixas de vencimento e redução ao valor recuperável

	2017	2016
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	148.017	79.037
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	15.973	14.283
De 31 a 60 dias	4.616	3.402
De 61 a 120 dias	780	574
Total de prêmios vencidos	21.369	18.259
Total de prêmios a receber antes da provisão	169.386	97.296
Redução ao valor recuperável	(780)	(574)
Total de prêmios a receber após provisão	168.606	96.722

(b) Movimentação de prêmios a receber

	2017	2016
Prêmios pendentes no período anterior	96.722	66.928
Prêmios emitidos	2.150.704	1.924.924
Adicional de fracionamento	(8.873)	606
IOF	263	219
Cancelamentos	(319.474)	(490.221)
Recebimentos	(1.756.900)	(1.405.574)
Redução ao valor recuperável.....	(206)	(160)
Prêmios pendentes.....	168.606	96.722

(c) Movimentação da provisão

Saldo em 1º de janeiro de 2016	(414)
Aumento na provisão	(708)
Baixa na provisão	548
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	(574)
Aumento na provisão	(1.255)
Baixa na provisão	1.049
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	(780)

(d) Período médio de parcelamento

A carteira de vida é anualizada, sendo os pagamentos realizados em quase sua totalidade de forma mensal.

8. Ativos de resseguro

Os contratos de resseguro vigentes, na modalidade excedente de responsabilidade ou quota parte e base *risk attaching*, englobam toda a carteira da Seguradora, que é composta pelos seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar e perda de autonomia pessoal. As cláusulas dos referidos contratos estabelecem regras nas quais as resseguradoras acompanham a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential. Vale mencionar que em caso de eventos catastróficos, a Seguradora mantém um contrato de resseguro específico.

	Ativos de contratos de resseguros	
	2017	2016
Danos	4.112	4.092
Vida individual, Vida com Cobertura de Sobrevivência e Pessoas		
Provisão de prêmios não ganhos.....	353	90
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	2.176	1.907
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	6.265	4.397
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)(*)	(520)	–
Provisão de sinistros a liquidar.....	3.308	5.465
	15.694	15.951

(*) Durante o ano de 2017, a companhia passou a constituir a provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente

12. Depósitos judiciais e fiscais		
	2017	2016
Sinistros	1.101	1.365
Tributos		
Imposto de renda (*)	1.041	1.041
Contribuição Social (*)	118.616	77.287
FINSOCIAL	502	502
PIS	16.686	14.027
COFINS	39.530	21.636
Outros tributos	393	393
Encargos sociais	29	29
Trabalhistas (*)	35.322	43.646
Cíveis e administrativos (*)	242	278
	213.462	160.204

(*) Esses depósitos são objeto de provisão para contingências conforme descrito na Nota 18.

13. Investimentos
(a) Participação societária
A Prudential do Brasil assinou em 19 de setembro de 2016 o contrato de compra das ações relacionadas a operação de Vida em Grupo do Itaú. A operação de Vida em Grupo foi cindida da Itaú Seguros cujo acervo líquido foi contribuído para a IU Seguros. O preço de compra estabelecido no contrato, no montante de R\$ 203.704, foi transferido pela Prudential do Brasil para o Itaú em 1º de Abril de 2017.
A IU Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela SUSEP a operar seguros de danos materiais e pessoais em todo o território nacional. Foi constituída para receber os ativos líquidos dos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais, viagem e educacional corporativos, com processo de subscrição, aceitação de risco e precificação individualizada por apólice, cindidos da Itaú Seguros.
A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	2017	IU Seguros S.A.

Informações sobre as sociedades controladas individualmente ou em conjunto
Ações/quotas do capital social em circulação (em milhares) 185.430
Participação da sociedade no capital social (%) 100%
Tipos de relação
Patrimônio líquido **Controlada**
Capital social 204.329
Reservas de Lucros 203.332
Prejuízo do exercício 5.237
(4.240)

Informações sobre os investimentos
Saldo inicial –
Aquisição de participação societária 152.408
Ajustes no valor de aquisição (Nota 13 (b)) (3.719)
Aporte de capital 50.000
Equivalência patrimonial (*) 10.303
Saldo final 208.992

(*) A Equivalência patrimonial foi apurada com base no lucro líquido após os efeitos do saldo de abertura, mediante a equalização das práticas contábeis da IU Seguros S.A. às práticas contábeis e estimativas do Grupo Prudential.

(b) Combinação de negócios
Em 01 de Abril de 2017 a Seguradora concluiu a aquisição de 100% do capital social da IU Seguros S.A. por R\$ 203.704 e obteve controle da IU Seguros S.A., uma seguradora que opera seguros de vida em grupo. Como resultado da aquisição, espera-se que o grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio das sinergias com nossa operação de vida individual. O ágio de R\$ 19.247 que surge da aquisição é atribuível às economias por conta das sinergias com a operação de vida individual. Em setembro de 2017 foram negociados com os acionistas vendedores novos ajustes no valor de aquisição, no montante de R\$ 3.719. Tais ajustes geraram um impacto no

	Terrenos e edificações	Móveis utensílios e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Gastos com organização, implantação e instalação	Total
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial	7.642	20.895	3.004	11.548	100	43.189
Aquisições	–	9.153	807	9.151	–	19.111
Alienações	–	(4)	(749)	(493)	–	(1.246)
Depreciação	(148)	(5.880)	(362)	(4.867)	(23)	(11.280)
Saldo contábil, líquido 7.494	24.164	2.700	15.339	77	49.774	
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	7.494	24.164	2.700	15.339	77	49.774
Aquisições	2.397	9.144	1.584	8.260	–	21.385
Alienações	–	–	(1.674)	–	–	(1.674)
Depreciação	(148)	(7.012)	136	(6.177)	(21)	(13.222)
Saldo contábil, líquido 9.743	26.296	2.746	17.422	56	56.263	

15. Obrigações a pagar
O saldo de outras obrigações é composto por:

	2017	2016
Dividendos a pagar	14.013	23.378
Provisão para participação nos lucros	25.217	30.044
Fornecedores	7.210	7.627
Franquia a pagar	3.523	3.125
Aluguéis a pagar	1.710	1.635
Obrigações a pagar – Bradesco	513	513
Taxa administração da carteira	167	109
Provisões de serviços prestados a pagar	2.061	2.018
Outras obrigações a pagar	1.002	647
	55.416	69.096
Circulante 54.990	68.693	
Não circulante 426	403	
16. Impostos e contribuições		
	2017	2016
Imposto de Renda	137.717	68.429
Contribuição Social (*)	55.183	25.416
COFINS	2.658	2.356
PIS	432	383
	195.990	96.584

(*) A diferença entre o valor de contribuição social, apurado na Nota 19, e o saldo a recolher, refere-se ao fato da Seguradora estar em disputa judicial sobre a alíquota que deve ser praticada, conforme descrito na Nota 18.

17. Depósitos de terceiros		
(a) Saldo contábil		
	2017	2016
Prêmios antecipados	4.374	4.413
Prêmios e emolumentos recebidos	2.302	1.412
Outros depósitos	274	72
	6.950	5.897
(b) Saldo por vencimento dos prêmios antecipados		
	2017	2016
A vencer	–	308
de 1 a 30 dias	3.286	3.262
de 31 a 60 dias	1.031	684
de 61 a 90 dias	54	128
de 91 a 180 dias	3	31
	4.374	4.413

18. Outros débitos – provisões judiciais
Os passivos contingentes decorrentes de litígios fiscais estão amparados por provisões registradas no passivo exigível a longo prazo, atualizadas pela taxa Selic. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda pelos consultores jurídicos da Seguradora, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa), para fins de sua classificação.

	2017	2016
Fiscais	204.479	135.294
Trabalhistas	280.458	66.761
Cíveis	558	274
Outras	20.996	20.361
	506.491	222.690

As movimentações das provisões são como seguem:			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 1º de janeiro de 2016	78.848	36.448	32
Constituições	50.283	37.574	597
Pagamento	(2.777)	(12.635)	(366)
Atualização monetária	8.940	5.374	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016	135.294	66.761	274
Constituições	58.740	208.145	247
Pagamento	(819)	(9.971)	(8)
Atualização monetária	11.264	15.523	45
Saldo em 31 de dezembro de 2017	204.479	280.458	558

(a) Contingências fiscais
As principais ações fiscais referentes a obrigações legais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

	2017	2016
Lei nº 8.200	1.594	1.559
IRPJ	1.598	1.542
CSLL	143.478	94.492
PIS	16.327	14.295
COFINS	41.084	23.014
FINSOCIAL	125	125
Outras	273	267
	204.479	135.294

As ações fiscais são provisionadas independente da classificação de probabilidade de perda, pois se tratam de obrigações legais.
As principais ações movidas pela Companhia são:
• Lei nº 8.200 - questionamento pelas autoridades fazendárias da dedução da diferença da correção monetária, apurada entre os índices IPC e BTNF, quando do cálculo do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e imposto sobre o lucro líquido (ILL) em 1991, que vem sendo atualizada mensalmente.
• IRPJ - questionamentos pela falta de atualização do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e IRPJ, pagos mensalmente no exercício de 1996. Em 2011, a Seguradora provisionou o auto de infração recebido pela Secretaria da Receita Federal referente ao IRPJ de 2006.

valor do ágio que foi reduzido para R\$ 15.528.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a IU Seguros S.A. e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data de aquisição:

	Valor contábil na aquisição	Ajustes no valor de aquisição	Valor contábil após ajustes
Caixa	203.704	–	203.704
Total da contraprestação transferida	203.704	–	203.704
Contas a receber (i)	(17.769)	(1.588)	(19.357)
Ativo de indenização (ii)	(33.527)	(2.131)	(35.658)
Total da contraprestação 152.408	(3.719)	148.689	

Valores reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.035	–	9.035
Aplicações	445.490	–	445.490
Créditos das operações com seguros e resseguros	71.534	–	71.534
Títulos e créditos a receber	7.883	–	7.883
Despesas antecipadas	160	–	160
Custos de aquisição diferidos	673	–	673
Ativos de resseguros e retrocessão	10.550	–	10.550
Outros ativos	7.763	–	7.763
Contas a pagar	(62.251)	–	(62.251)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(27.541)	–	(27.541)
Depósito de terceiros	(2.822)	–	(2.822)
Provisões técnicas	(325.921)	–	(325.921)
Outros débitos	(1.392)	–	(1.392)
Total de ativos líquidos identificáveis 133.161	–	133.161	
Ágio	19.247	(3.719)	15.528
	152.408	(3.719)	148.689

(i) Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Seguradora pela diferença entre o patrimônio líquido da data de aquisição e o valor de aquisição, no montante de R\$ 19.357, que foram recebidos em outubro de 2017.

(ii) Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Seguradora por sinistros avisados após a data da aquisição que estejam relacionados a sinistros ocorridos antes da data da aquisição e que excedam o montante provisionado pela Vendedora. Esta diferença perfaz o montante de R\$ 35.658 em 31 de dezembro de 2017.

O valor justo das provisões técnicas apresentada acima considera o ajuste de R\$ 41.909 realizado para harmonizar a metodologia de provisionamento para as práticas do Grupo Prudential.

		Taxa anual de depreciação – %	2017	2016
Terreno			2.200	2.200
Imóveis – Edificações	2		9.061	6.664
Equipamentos	10		57.281	48.909
Móveis, máquinas e utensílios	10		9.827	9.053
Veículos	20		3.776	3.867
Outras imobilizações (*)	10 e 4		31.624	23.365
			113.769	94.058
			(57.506)	(44.284)
			56.263	49.774

(*) Referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

	Terrenos e edificações	Móveis utensílios e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Gastos com organização, implantação e instalação	Total
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial	7.642	20.895	3.004	11.548	100	43.189
Aquisições	–	9.153	807	9.151	–	19.111
Alienações	–	(4)	(749)	(493)	–	(1.246)
Depreciação	(148)	(5.880)	(362)	(4.867)	(23)	(11.280)
Saldo contábil, líquido 7.494	24.164	2.700	15.339	77	49.774	
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	7.494	24.164	2.700	15.339	77	49.774
Aquisições	2.397	9.144	1.584	8.260	–	21.385
Alienações	–	–	(1.674)	–	–	(1.674)
Depreciação	(148)	(7.012)	136	(6.177)	(21)	(13.222)
Saldo contábil, líquido 9.743	26.296	2.746	17.422	56	56.263	

• CSLL - questionamentos quanto:
• ao recolhimento das alíquotas de 10% e 8%, em vez de 30% e de 18%, respectivamente (princípio de isonomia), estabelecida pela Emenda Constitucional nº 1/94 e pela Lei nº 9.316/96;
• afastamento da majoração da alíquota da CSLL em 15% pela MP 413/08 convertida em Lei nº 11.727/08;
• afastamento da majoração da alíquota da CSLL para 20% através da MP nº 675/15 convertida na Lei nº 13.169/15;
• ao não recolhimento referente ao ano de 1996 e posteriores, por não apresentar qualidade de “empresa não empregadora.”
• PIS - questionamentos quanto:
• a irretroatividade e anterioridade da Emenda Constitucional nº 17/97 – direito de recolher esse tributo no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, nos moldes da Lei Complementar nº 077/70;
• ao reconhecimento do direito líquido e certo da Impetrante não ser compelida ao recolhimento do PIS com base no art.3º, §1º, Lei nº 9.718/98, tendo em vista a inconstitucionalidade deste artigo;
• à incidência do PIS sobre receitas financeiras - Lei nº 12.973/14;
• COFINS - incidência da COFINS sobre receitas financeiras - Lei nº 12.973/14;
• FINSOCIAL - ação movida pela Seguradora questionando a inconstitucionalidade e ilegalidade das majorações das alíquotas, introduzidas pelas Leis nº 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90.

(b) Contingências trabalhistas e cíveis
Em 31 de dezembro de 2017, as contingências trabalhistas referem-se aos pedidos de vínculo empregatício e direito trabalhista, inclusive verbas rescisórias, compreendendo 406 processos judiciais (31 de dezembro de 2016 - 196) com possibilidades prováveis de perda, conforme julgamento dos consultores jurídicos, no montante de R\$ 280.458 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 66.761). Com relação ao incremento de provisões trabalhistas, a Administração, após estudos internos e boas práticas de governança, entendeu pela antecipação do reconhecimento da probabilidade de perda como “provável” após a primeira decisão desfavorável. Em linha com o “CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a atualização do estudo decorreu de alterações nas circunstâncias em que a estimativa se baseou no passado em consequência de novas informações e de maior experiência/observação dos processos encerrados. Dessa forma, o efeito de mudança nessa estimativa contábil foi reconhecido prospectivamente, em linha com o referido pronunciamento.
As contingências cíveis referem-se a processos de pedidos de indenizações por danos morais e doenças preexistentes relacionadas a sinistro e ao processo de comercialização, compreendendo 26 processos judiciais (31 de

20. Provisões técnicas
(a) Composição

	PMBaC	PMBC	IBNR	IBNER(*)	PSL	PVR	PPNG	PPNG - RVNE	PDR	PEF	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas Danos	3.004.783	1.332	29.786	(1.963)	22.393	59.667	6.543	684	3.623	17.707	3.144.555
	3.004.783	1.332	29.786	(135)	26.050	59.667	6.543	684	3.623	17.707	3.150.040
	PMBaC	PMBC	IBNR	IBNER(*)	PSL	PVR	PPNG	PPNG - RVNE	PDR	PEF	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas Danos	2.384.809	1.394	18.417	–	32.582	50.116	5.037	829	1.000	15.095	2.509.279
	2.384.809	1.394	19.606	1.663	36.742	50.116	5.037	829	1.000	15.095	2.516.291

(*) Durante o ano de 2017, a companhia passou a constituir a provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) para os seguros de pessoas, vida individual e vida com cobertura por sobrevivência.

(b) Sinistros judiciais:
As principais ações de sinistros judiciais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:
Sinistros judiciais
Quantidade total de processos acumulados 95
Valor de abertura (*) 33.559
Probabilidade de perda (quantidade)
Provável 9
Possível 68
Remota 18
(*) Foi considerado como valor de abertura o valor dos pedidos, que em muitos casos pode ser líquido ou um percentual do valor da apólice, somado à devolução de prêmios ou danos morais.

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Demais provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.795.948	96.975
Estoque	522.683	–
Novas entradas	66.178	34.507
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.384.809	131.482
Estoque	544.171	–
Novas entradas	75.803	13.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.004.783	145.257

21. Tabela de desenvolvimento de sinistros
O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões referentes às coberturas de vida individual e vida com cláusula de sobrevivência, que até 2012 era contabilizada como provisão de benefícios a regularizar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do

dezembro de 2016 - 11) com possibilidades prováveis de perda, conforme julgamento dos consultores jurídicos, no montante de R\$ 507 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 274). Além disso, contempla ação de cobrança do seguro DPVAT, com natureza de risco possível.
Adicionalmente, as ações trabalhistas e cíveis enquadradas como perdas possíveis e remotas, bem como a quantidade de ações existentes, podem ser assim resumidas:

	Possíveis Valor de risco	Remotas Valor de risco
Contingências trabalhistas (i)	148	94.913
Contingências cíveis (ii)	47	30.435
	195	125.348
	270	96.838
	Possíveis	Remotas
	Valor de	Valor de
	risco	risco
Contingências trabalhistas (i) ..	189	66.373
Contingências cíveis (ii)	22	27.206
	211	93.579
	206	101.517

Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, não é constituída provisão para essas ações.
(i) As contingências trabalhistas classificadas como possíveis e remotas referem-se, preponderantemente, a processos com demanda de vínculo empregatício de franqueados.
(ii) A contingência civil é composta 99% por um processo movido contra todo o mercado segurador e que teve decisão favorável em 2ª instância para as Seguradoras, não havendo expectativa de perda da totalidade do valor para a Companhia.
19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes dos tributos	159.294	220.589	159.294	220.589
Adições				
(+) Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	246.121	49.120	246.121	49.120
(+) Atualização das contingências	11.469	8.648	11.632	8.648
(+) Provisões administrativas	22.071	22.947	22.071	22.947
(+) Despesas indedutíveis	13.781	18.165	11.085	17.572
Exclusões				
(-) Participações nos lucros	(27.951)	(20.075)	(27.951)	(20.075)
(-) Reversão de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(913)	—	(913)	—
(-) Reversão das provisões administrativas	(25.752)	(14.798)	(25.752)	(16.206)
(-) Outros	(95)	(98)	(209)	(199)
(-) Equivalência patrimonial	(10.303)	—	(10.303)	—
Base de cálculo	387.722	284.498	385.075	282.396
Alíquota (i)	25%	25%	20%	20%
Imposto de renda e contribuição social ...	(96.931)	(71.124)	(77.015)	(56.479)
PAT	1.239	1.021	—	—
Lei Rouanet	1.000	1.674	—	—
Ajustes no recolhimento	—	—	—	(34)
IRPJ e CSLL correntes	(94.692)	(68.429)	(77.015)	(56.513)
Adições/exclusões temporárias	258.680	65.992	258.843	65.992
Base de cálculo diferido	258.680	65.992	258.843	65.992
			20% e	20% e
Alíquota (i)	25%	25%	15%	15%
Imposto de renda e contribuição social ...	64.670	16.498	39.190	9.926
Ajuste diferido MP nº 675 -				
Majoração 5% CSLL	—	—	—	(3.561)
Reversão de provisão sobre anos anteriores	(2.808)	—	(1.685)	—
IRPJ e CSLL diferidos	(2.808)	16.498	37.475	6.265

SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 359, de 22 de maio de 2017 e arquivado na JUCERJA sob nº3046131.

(b) Reserva de capital

(i) Doações e subvenções

Representada por subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/07.

(c) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Referem-se à avaliação, líquida dos efeitos tributários, dos títulos classificados como “disponíveis para venda” - Nota 2.3, ajustada ao valor de mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

	2017	2016
Saldo inicial	(35.814)	(39.293)
Reversão de saldos anteriores	35.814	39.293
Constituição (reversão) no fim do exercício		
Títulos de Renda Fixa (i).....	(56.547)	(58.283)
Letras Financeiras	2.597	152
CDB - Certificado de Depósito Bancário	1.440	(1.679)
Debêntures	-	(7)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10(b))	20.802	24.003
	(31.708)	(35.814)

(i) Valor referente à variação do valor de mercado de NTN-Bs com vencimento em 2050, acumulado até dezembro de 2013 quando era classificado como disponível para venda, passando, a partir dessa data, a ser classificado como mantido até o vencimento. A partir de 2014, as NTN-Bs passaram a ter a sua atualização pela curva do papel em contrapartida ao resultado do exercício e, a parcela acumulada no patrimônio líquido é amortizada pelo prazo de vencimento dos títulos.

(d) Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP.

O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	59.003	98.435
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	860	767
	68.608,14	128.337,68

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após absorvido o prejuízo acumulado de anos anteriores. Será constituída pela Sociedade até que seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

A reserva de expansão, reserva estatutária criada nos termos do art. 194 da Lei 6.404/76, é constituída por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva tem como objetivo fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de março de 2016, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada, os acionistas da Seguradora deliberaram pela reversão dos dividendos a pagar propostos na destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 28.824, destinando esta parcela do lucro remanescente para a constituição da reserva de expansão.

Em 31 de março de 2017, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada, os acionistas da Seguradora deliberaram pela reversão dos dividendos a pagar e do aumento de capital propostos na destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 23.378 e R\$ 35.068, respectivamente, destinando estas parcelas do lucro remanescente para a constituição da reserva de expansão.

(f) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e Estatuto Social, conforme abaixo:

Descrição	Valor
Lucro líquido do exercício	59.003
(-) Reserva legal	(2.950)
Lucro ajustado	56.053
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	(14.013)
Constituição reserva estatutária	42.040

Em 26 de outubro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada, os acionistas da Seguradora deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários com recursos disponíveis em reserva de expansão, no montante de R\$ 65.600.

23. Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, custos de aquisição e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA:	Diretor-Presidente:	Marcelo Mancini Peixoto
Presidente: James Wayne Weakley	Diretores Vice-Presidentes:		Carlos Augusto de Moraes Lamego Júnior Luiz Fernando Nascimento Bertoncello Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos Thereza Christina Moreno de Oliveira Carlos André Guerra Barreiros
Vice-Presidente: Ernesto Frederico Spagnoli Jaramillo			
Conselheiro: Marcelo Mancini Peixoto			

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição	Comissionamento
Vida	884.511	(105.533)	12%	(328.848)	37%
Demais (*)...	-	(162)		-	-
	884.511	(105.695)		(328.848)	

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição	Comissionamento
Vida	564.428	(88.010)	16%	(229.458)	41%
Demais (*)..	-	(2.779)		-	-
	564.428	(90.789)		(229.458)	

(*) Cosseguro e resseguro.

24. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	2017	2016
Sinistros diretos	(97.265)	(90.221)
Variação da provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados.....	(8.430)	(568)
	(105.695)	(90.789)

(b) Custos de aquisição

	2017	2016
Comissões sobre prêmios emitidos.....	(441.710)	(329.960)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	112.862	100.502
	(328.848)	(229.458)

(c) Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Receitas com participações em lucros		2.339
Recuperação de custos com emissão de apólice		829
Taxa de franquia	19.290	10.658
Despesas médicas com avaliação de riscos.....	(9.571)	(9.559)
Despesas com cobrança	(10)	(9)
Provisão para riscos de créditos duvidosos - provisão sobre prêmios emitidos.....	(206)	(160)
Outras receitas e despesas operacionais (*).....	(2.448)	(2.144)
	7.884	1.745

(*) Refere-se basicamente a despesas diversas relacionadas a operação da companhia;

(d) Resultado com resseguro

	2017	2016
Receita com resseguro		
Recuperação de sinistros	21.708	18.866
Despesa com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido - repasse	(42.001)	(34.563)
	(20.293)	(15.697)

(e) Despesas administrativas

	2017	2016
Pessoal próprio.....	(102.524)	(105.265)
Serviços de terceiros	(95.377)	(80.025)
Localização e funcionamento	(72.949)	(68.512)
Publicidade e propaganda	(22.142)	(35.844)
Depreciação	(14.097)	(11.719)
Publicações	(284)	(242)
Donativos e contribuições	(785)	(711)
Provisões judiciais	(267.132)	(33.795)
Outras despesas gerais e administrativas.....	(13.067)	(4.288)
	(588.357)	(340.401)

(f) Despesas com tributos

	2017	2016
COFINS	(47.761)	(35.059)
COFINS diferido	318	-
PIS	(7.598)	(5.799)
PIS diferido	52	-
Fiscalização - SUSEP	(1.705)	(3.235)
Outras despesas com tributos	(4.576)	(4.368)
	(61.270)	(48.461)

(g) Resultado financeiro

Receitas financeiras

Rendimentos de títulos de renda fixa - privados.....	7.022	30.512
Rendimentos de títulos de renda fixa - públicos.....	248.823	253.830
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	115.270	104.145
Outras receitas financeiras	13.170	10.241
	384.285	398.728

Despesas financeiras

Despesas com títulos de renda variável	(490)	-
Despesas com renda fixa	(1.736)	(1.736)
Despesas com operações de seguro	(3.184)	(2.883)
Atualização monetária de impostos/processos fiscais	(15.532)	(10.760)
Taxa de administração carteira	(1.950)	(1.934)
Despesas com antecipação cartão de crédito	(557)	(2.487)
Outras despesas financeiras	(217)	(162)
	(23.666)	(19.962)
Resultado financeiro	360.619	378.766

O Comitê de Auditoria reuniu-se no dia 26 de fevereiro de 2018. Nesta sessão, dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

a) Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela Auditoria Externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas significativas;

b) Mediante reuniões com os administradores e auditores externos, foram discutidas as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

c) O Comitê tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna, bem como realizou o acompanhamento das providências adotadas pela Administração. O planejamento tático da Auditoria Interna e os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos também foram analisados pelo Comitê de Auditoria;

d) O Comitê não identificou qualquer recomendação a ser comunicada à Presidência.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, portanto, tendo revisado os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e demonstrações financeiras individuais, inclusive as notas explicativas, os relatórios da Administração e relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, verificou que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação em vigor e às normas e instruções dos órgãos de controle e fiscalização e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Ainda, no cumprimento das suas obrigações descritas no regulamento, nada veio ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância dos dispositivos legais, regulatórios e normativos internos. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

Lucio Antonio Marques - Mauro Pagliaro Gonçalves - Augusto Leopoldo Dias Carneiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Escopo da Auditoria:

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

	Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Rua do Russel 804	Rio de Janeiro – RJ – Brasil 22210-907 CNPJ 02.646.397/0004-61 CIBA 105 Carlos Eduardo Silva Teixeira - MIBA 729
--	--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

	Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP00160/O-5 “F” RJ	Claudia Eliza Medeiros de Miranda Contador CRC 1RJ087128/O-0
--	---	--